

EDITAL Nº 135/2025

PROCESSO LICITATÓRIO nº 043/2025

PREGÃO Nº 019/2025

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

O MUNICÍPIO DE BOCAIUVA TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007 E DECRETO MUNICIPAL 8367/2023 E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 15/10/2025

Horário: 09:30h

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: menor preço.

Modo de disputa: Aberto

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia **10/10/2025**.

OBSERVAÇÕES: O LICITANTE QUE SE IDENTIFICAR DURANTE A FASE DE LANCES, QUER SEJA POR LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, MENSAGENS DE WHATSAPP, EMAIL OU QUALQUER OUTRO MEIO DE COMUNICAÇÃO ENCAMINHADO AO PREGOEIRO, SERÁ SUMARIAMENTE DESCLASSIFICADA.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA URBANA E MODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA- MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO.

2.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

2.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

2.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inseridas no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. NA PRESENTE LICITAÇÃO, A FASE DE HABILITAÇÃO SUCEDERÁ AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

5.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

5.1.2. Marca de cada item ofertado;

5.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.7. Os licitantes deverão considerar a numeração dos itens conforme sequência do portal de compras públicas e planilha de Excel anexada. Pois pode ocorrer divergência entre a numeração do portal e planilha com a numeração do termo de referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 6.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (03) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.10.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 6.16.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 6.17.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.19.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora

para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.29. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.29.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.29.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.29.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.29.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.30. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.30.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.30.2. empresas brasileiras;

6.30.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.30.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.31.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **(02) DUAS horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

6.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.1.1. Para aceitabilidade da melhor proposta classificada, será observada o valor estimado estipulado no termo de referência, que será o preço máximo a ser pago pela administração.

7.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **10 (DEZ) dias** úteis contados da solicitação.

7.7.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.7.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.7.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

7.7.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.7.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.7.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (DEZ) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.7.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.8. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO.

8.1. ENCERRADA A ETAPA DE NEGOCIAÇÃO, O PREGOEIRO VERIFICARÁ SE O LICITANTE PROVISORIAMENTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR ATENDE ÀS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME, CONFORME PREVISTO NO [ART. 14 DA LEI Nº 14.133/2021](#), LEGISLAÇÃO CORRELATA E NO ITEM 3 DO EDITAL, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS SEGUINTE CADASTROS:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

8.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (DUAS)** horas sob pena de inabilitação.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digiais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APENAS PELO LICITANTE VENCEDOR. PARA FINS DE HABILITAÇÃO NESTE PREGÃO, A LICITANTE DEVERÁ ENVIAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS, NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS, CONTADAS DA CLASSIFICAÇÃO.

8.7.1. A EMPRESA QUE NÃO APRESENTAR OS DOCUMENTOS NO TEMPO DETERMINADO, SERÁ INABILITADA.

8.7.2. Será necessário o envio dos documentos dos itens 8.8, 8.9, 8.10, 8.11 e 8.12 deste edital.

8.7.3. Ficará facultado ao pregoeiro, a prorrogação do prazo por mais **02 (DUAS)** horas por apenas uma vez, para envio de que algum documento faltante, caso este não tenham sido enviados juntamente com os documentos de habilitação.

8.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

8.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

8.9.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

8.9.8. Declaração de que não emprega menor para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.9.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

8.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (NOVENTA) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

8.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei

n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

8.11.1. Conforme descrição do item 17.6 do termo de referência;

8.12. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES.

8.12.1. Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

8.12.2. Declaração do porte da empresa;

8.12.3. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

8.12.4. Declaração de reserva de cargos, acessibilidade e proposta econômica;

8.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS.

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

10.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

13.1. Conforme previsão do termo de referência.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 19.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 19.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 19.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

19.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Bocaiúva, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.12. O Município de Bocaiuva, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço bocaiuva.mg.gov.br, nos dias úteis, no horário das 08 h às 12h e das 14h às 16h:30min, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

21.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS, ACESSIBILIDADE E PROPOSTA ECONÔMICA;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IX – MAPA DE RISCOS

Bocaiúva/MG, 25 de setembro de 2025.

Bianca Souza Rodrigues
Pregoeira MUNICIPAL



ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº 043/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2024, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: MUNICÍPIO DE BOCAIUVA

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
Nome do responsável pela assinatura da ata:						
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS ITENS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NO ENDEREÇO CONSTANTE NA OS/OF, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ANEXO II – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº 043/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

Ao
MUNICÍPIO DE BOCAIUVA
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 043/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE
LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF
Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE
NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA
MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS, ACESSIBILIDADE E PROPOSTA ECONÔMICA.
(MODELO)**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE
LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF
Nº....., DECLARA:

- QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS
- DECLARO QUE, CONFORME DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, ESTOU CIENTE DO CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E QUE, SE APLICADO AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA MINHA EMPRESA, ATENDO ÀS REGRAS DE ACESSIBILIDADE PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO.
- SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, DECLARO QUE MINHAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRA LEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO V – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS
REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO **DE BOCAIUVA – PREGÃO
ELETRÔNICA Nº 019/2025, QUE** ESTOU CIENTE E CONCORDO COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS
ANEXOS E ATESTA A VERACIDADE DE TODOS OS DOCUMENTOS ENVIADOS ESTANDO CIENTE DA POSSIBILIDADE
DO PREGOEIRO SOLICITAR ENVIO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU COMPROVAÇÃO DA ASSINATURA DIGITAL.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/...., QUE FAZEM ENTRE
SI *** ENTE PÚBLICO LICITANTE E A EMPRESA *****

O **MUNICÍPIO DE BOCAIUVA**, com sede na Rua Mariana de Queiroga, nº. 141, Centro, na cidade de Bocaiúva/MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.803.072/0001-32, neste ato representado PREFEITO CONSTITUCIONAL, ROBERTO JAIRO TORRES, portador do RG nº. MG-3.970.657 e do CPF nº. 745.315.906-78, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e ***, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ***, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
REPRESENTANTE:
E-MAIL:
TEL.: ()

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

•

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. O fornecedor tem direito ao pagamento da correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao MUNICÍPIO, com base na variação do IPCA, calculado pro rata die desde o dia do vencimento do pagamento, conforme calendário de pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 10 dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO/OBJETO.

8.1. A garantia de execução/objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital..

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Bocaiúva para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 20**.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA URBANA E MODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA – MG, conforme condições e especificações contidas neste termo.

2. DA PADRONIZAÇÃO

2.1. A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

3. DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

3.1. Considerando as características do(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s), o objeto desta contratação foi caracterizado como serviço(s) comum(ns), conforme Estudo Técnico Preliminar, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente encontrados no mercado correlato.

4. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Todos os itens são quantificados de acordo com a fase de aplicação na planilha 01 sendo demonstrado a precificação dos mesmos na planilha 02 de acordo com o método estatístico mediano e na planilha 03 pelo método estatístico médio. Os serviços serão prestados em todo o território municipal, incluindo a sede do município, distritos e zona rural.

PLANILHA 01 - Descrição geral			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA URBANA E MODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA - MG			
Item	Descrição por item		
1	INSTALAÇÃO DE RDR TRIFÁSICA SEM ILUMINAÇÃO	UN	QTD
1.1	Rede rural primária trifásica com rede CAA – Por KM com poste duplo T, cabo 2 AWG, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	KM	13,00
2	INSTALAÇÃO DE RDU COM ILUMINAÇÃO	UN	QTD
2.1	Extensão de rede de distribuição protegida monofásica com cabo 50mm dupla camada, com baixa tensão isolada bifásica até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de	UN	40,00





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.		
2.2	Extensão de rede de distribuição protegida trifásica com cabo 50mm dupla camada, com baixa tensão isolada trifásica até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	60,00
2.3	Extensão de rede de distribuição bifásica com baixa tensão isolada até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	15,00
2.4	Extensão de rede de distribuição trifásica com baixa tensão isolada até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	35,00
2.5	Extensão de rede com baixa tensão trifásica isolada até 120mm, incluindo poste de concreto de 13 a 15 metros e de 300dan a 1000 dan, incluindo IP de 180W a 240W completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	15,00
2.6	Extensão de rede de distribuição protegida trifásica com cabo 50mm dupla camada, com baixa tensão isolada até 120mm, incluindo poste de concreto de 13 a 15 metros e de 300dan a 1000 dan, incluindo IP de 180w a 240W completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	25,00
2.7	Extensão de rede secundária bifásica com baixa tensão isolada até 70mm em poste existente por vão, IP de 60w a 180W completa. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	5,00
2.8	Extensão de rede secundária trifásica com baixa tensão isolada até 70mm em poste existente por vão, IP de 60w a 180W completa. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	5,00
2.9	Extensão de rede secundária trifásica até 120mm em poste existente por vão, IP de 180w a 240W completa. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	12,00
2.10	Extensão de rede de distribuição protegida monofásica 50mm dupla camada em poste existente por vão. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	15,00
3	INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	UN	QTD
3.1	Luminária pública de no mínimo 8000 lm e potência de 60W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K.	UN	60,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).		
3.2	Luminária pública de no mínimo 12000 lm e potência de 80W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	150,00
3.3	Luminária pública de no mínimo 14000 lm e potência de 100W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	150,00
3.4	Luminária pública de no mínimo 16500 lm e potência de 120W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	60,00
3.5	Luminária pública de no mínimo 20500 lm e potência de 140W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em	UN	60,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).		
3.6	Luminária pública de no mínimo 24000 lm e potência de 160W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	50,00
3.7	Luminária pública de no mínimo 25000 lm e potência de 180W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	40,00
3.8	Fornecimento e instalação de relé fotoeletrônico para iluminação pública, potência da carga 1000W ou 1800VA. Corpo em policarbonato na cor azul, estabilizado ao UV; pinos em latão estanhado. (Fornecimento e instalação).	UN	985,00
3.9	Instalação de braço tipo curto galvanizado para IP 1,5 metros x 25 mm curvo, em poste existente. Incluindo material, equipamentos, mão de obra, taxa de administração, materiais para fixação no poste e na luminária de led e cabos para sua ligação, conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	28,00
3.10	Instalação de braço tipo médio galvanizado para IP 2,5 metros x 48 mm curvo, em poste existente. Incluindo material, equipamentos, mão de obra, taxa de administração, materiais para fixação no poste e na luminária de led e cabos para sua ligação, conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	92,00
3.11	Instalação de braço tipo PESADO galvanizado para IP 5 metros x 60mm curvo, em poste existente. Incluindo material, equipamentos, mão de obra, taxa de administração, materiais para fixação no poste e na luminária de led e cabos para sua ligação, conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	60,00
4	INSTALAÇÃO DE POSTES	UN	QTD



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32, Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

4.1	Fornecimento e instalação de poste metálico octagonal de 10 metros a 13 metros, flangeado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	35,00
4.2	Fornecimento e instalação de poste metálico cônico contínuo de 10 metros a 13 metros, flangeado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	25,00
4.3	Fornecimento e instalação de poste metálico telecônico de 10 metros a 13 metros, engastado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	52,00
4.4	Fornecimento e instalação de poste metálico telecônico de 06 metros a 09 metros, engastado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	23,00
4.5	Fornecimento e instalação de poste metálico telecônico de 10 metros a 13 metros, engastado, com rede aérea, condutor até 35mm e luminária de até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	74,00
5	REMOÇÃO DE POSTE	UN	QTD
5.1	Remoção de poste. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais e projeto conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	10,00
5.2	Substituição de poste. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projeto conforme normas vigentes e autorização da CEMIG.	UN	40,00
6	TRANSFORMADORES	UN	QTD
6.1	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, monofásico de 37,5 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	5,00
6.2	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, monofásico de 25 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	3,00
6.3	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, trifásico de 45 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	12,00
6.4	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, trifásico de 75 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração.	UN	5,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.		
6.5	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, trifásico de 112,5 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	5,00
7	ELABORAÇÃO DE PROJETO POR US	UN	QTD
7.1	Elaboração de projeto por US.	US	150,00
8	ENTRADA DE ENERGIA	UN	QTD
8.1	Fornecer e instalar padrão de energia monofásico, bifásico e trifásico, completo com disjuntor de 63A - Aéreo.	UN	6,00
8.2	Fornecer e instalar padrão de energia trifásico, completo com disjuntor de 80A - Aéreo.	UN	3,00
8.3	Fornecer e instalar padrão de energia trifásico, completo com disjuntor de 100A - Aéreo.	UN	3,00
8.4	Fornecer e instalar padrão de energia trifásico, completo com disjuntor de 200A - Aéreo.	UN	1,00
8.5	Fornecer e instalar padrão de energia monofásico, bifásico e trifásico, completo com disjuntor de 63A - Subterrâneo.	UN	12,00
9	INFRAESTRUTURA - MOVIMENTAÇÃO DE SOLO	UN	QTD
9.1	Abertura de vala em superfície (Necessidade utilização martelo pneumático).	M	500,00
9.2	Eletroduto corrugado 2" (Fornecimento e instalação).	M	500,00
9.3	Eletroduto PEAD para MND.	M	200,00
9.4	Envelopamento de eletroduto (camada de 20 cm de concreto, areia e fita de identificação).	M	150,00
10	INFRAESTRUTURA - TRAVESSIA POR MND	UN	QTD
10.1	Travessia sob asfalto (rodovia, rua, avenida), por método não destrutivo 75mm, em conformidade com RT - 06.01 do DER - MG	M	200,00
11	ILUMINAÇÃO CÊNICA	UN	QTD
11.1	Fornecimento e Instalação de Projetor orientável de sobrepor em alumínio injetado, grau de proteção IP 66, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On-Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 25W, temperatura de cor 4000k/5700k, eficiência mínima 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com facho 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00
11.2	Projetor orientável de sobrepor em alumínio injetado, grau de proteção IP 66, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On-Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 36W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com facho 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00
11.3	Fornecimento e Instalação de Projetor orientável de sobrepor em alumínio injetado, grau de proteção IP 66, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On-Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 50W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com facho 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00
11.4	Fornecimento e Instalação de Luminária circular de embutir no solo, em alumínio injetado, grau de proteção IP 67, acabamento nas cores cinza	UN	20,00





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On- Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 15W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.		
11.5	Fornecimento e Instalação de Luminária circular de embutir no solo, em alumínio injetado, grau de proteção IP 67, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On- Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 25W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	20,00
11.6	Fornecimento e Instalação de Luminária circular de embutir no solo, em alumínio injetado, grau de proteção IP 66, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On- Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 50W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00
11.7	Fornecimento e Instalação de Projetor de sobrepor orientável subaquático, em latão usinado, grau de proteção IP 68, acabamento em latão polido, alimentação 24 Vcc com fonte de tensão remota, fonte de luz LED 9W, temperatura de cor 4000k/5700k, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00
11.8	Fornecimento e Instalação de Projetor de sobrepor orientável subaquático, em latão usinado, grau de proteção IP 68, acabamento em latão polido, alimentação 24 Vcc com fonte de tensão remota, fonte de luz LED 20W, temperatura de cor 4000k/5700k e RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00
11.9	Fornecimento e instalação de projetor "Ribalta 24 LEDs outdoor P5 case" de 250W / 220V, IP65, 24 Leds RGBW 4 em 1,10W, dimerizável, operação através de controlador DMX 4/8CH, Mestre/escravo ou Automático, garantia do fabricante de 36 meses para materiais. Inclui derivação da rede da concessionária cabos de alimentação e controle, invólucro de proteção e todo material de fixação.	UN	25,00
11.10	Fornecimento e Instalação de Controlador DMX para comando de luminária RGB, 2 saídas DMX 512, comunicação Ethernet com porta RJ45, entrada cartão MicroSD, para programação Offline, porta USB para programação local, roteador Wi-Fi, bivolt. (Um por monumento a ser iluminado).	UN	5,00
11.11	Fornecimento e Instalação de Amplificador de sinal e Splitter DMX512 com 3 saídas, bivolt, uso externo IP 65, ligação de até 20 aparelhos DMX, em cada saída. Gabinete em ABS injetado.	UN	5,00
11.12	Fornecimento e Instalação de Cabo flexível DMX 512, 110 Ohms, 2 x 0,30 mm² - 22 AWG, Capa externa em PVC emborrachado. Fios internos vermelho e branco cobre. Blindagem com malha de cobre trançada (cobre + fita de alumínio). Diâmetro externo do cabo 7,0 mm.	M	150,00
11.13	Fornecimento e Instalação de Cabo flexível de cobre isolado de 4 a 10mm para alimentação de refletores.	M	1.000,00



PREFEITURA DE
BOCAIUVA

PROCESSO Nº 43129
PAGINA 324

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

PLANILHA 02 – VALOR MEDIANO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA URBANA E MODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA - MG

Item	Descrição por item			Vir mediano	Vir estimado
03	Eletroduto corrugado 2" (Fornecimento e instalação).	M	500,00	R\$ 35,09	R\$ 17.545,00
06	Extensão de rede com baixa tensão trifásica isolada até 120mm, incluindo poste de concreto de 13 a 15 metros e de 300dan a 1000 dan, incluindo IP de 180W a 240W completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	15,00	R\$ 11.325,16	R\$ 169.877,40
08	Extensão de rede de distribuição protegida monofásica 50mm dupla camada em poste existente por vão. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	15,00	R\$ 2.670,08	R\$ 40.051,20
11	Extensão de rede de distribuição protegida trifásica com cabo 50mm dupla camada, com baixa tensão isolada trifásica até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	60,00	R\$ 13.383,69	R\$ 803.021,40
14	Extensão de rede secundária trifásica até 120mm em poste existente por vão, IP de 180w a 240W completa. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	12,00	R\$ 3.631,58	R\$ 43.578,96
15	Extensão de rede secundária trifásica com baixa tensão isolada até 70mm em poste existente por vão, IP de 60w a 180W completa. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	5,00	R\$ 3.701,13	R\$ 18.505,65
16	Fornecer e instalar padrão de energia monofásico, bifásico e trifásico, completo com disjuntor de 63A - Aéreo.	UN	6,00	R\$ 9.938,37	R\$ 59.630,22
17	Fornecer e instalar padrão de energia monofásico, bifásico e trifásico, completo com disjuntor de 63A - Subterrâneo.	UN	12,00	R\$ 5.866,74	R\$ 70.400,88
20	Fornecer e instalar padrão de energia trifásico, completo com disjuntor de 80A - Aéreo.	UN	3,00	R\$ 5.120,22	R\$ 15.360,00
21	Fornecimento e Instalação de Amplificador de sinal e Splitter DMX512 com 3 saídas, bivolt, uso externo IP 65, ligação de até 20 aparelhos DMX, em cada saída. Gabinete em ABS injetado.	UN	5,00	R\$ 3.700,11	R\$ 18.500,55
23	Fornecimento e Instalação de Cabo flexível DMX 512, 110 Ohms, 2 x 0,30 mm² - 22 AWG, Capa externa em PVC emborrachado. Fios internos vermelho e branco cobre. Blindagem com malha de cobre trançada (cobre + fita de alumínio). Diâmetro externo do cabo 7,0 mm.	M	150,00	R\$ 26,53	R\$ 3.979,50
24	Fornecimento e Instalação de Controlador DMX para comando de luminária RGB, 2 saídas DMX 512, comunicação Ethernet com porta RJ45, entrada cartão MicroSD, para programação Offline, porta USB para	UN	5,00	R\$ 8.420,68	R\$ 42.103,40





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	programação local, roteador Wi-Fi, bivolt. (Um por monumento a ser iluminado).				
25	Fornecimento e Instalação de Luminária circular de embutir no solo, em alumínio injetado, grau de proteção IP 67, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On- Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 50W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00	R\$ 2.067,89	R\$ 20.678,90
27	Fornecimento e Instalação de Luminária circular de embutir no solo, em alumínio injetado, grau de proteção IP 67, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On- Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 25W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	20,00	R\$ 1.725,03	R\$ 34.500,60
30	Fornecimento e instalação de poste metálico telecônico de 06 metros a 09 metros, engastado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	23,00	R\$ 3.600,01	R\$ 82.800,23
31	Fornecimento e instalação de poste metálico octagonal de 10 metros a 13 metros, flangeado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	74,00	R\$ 3.928,94	R\$ 290.741,56
34	Fornecimento e Instalação de Projetor de sobrepor orientável subaquático, em latão usinado, grau de proteção IP 68, acabamento em latão polido, alimentação 24 Vcc com fonte de tensão remota, fonte de luz LED 20W, temperatura de cor 4000k/5700k e RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00	R\$ 1.402,24	R\$ 14.022,40
35	Fornecimento e Instalação de Projetor orientável de sobrepor em alumínio injetado, grau de proteção IP 66, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On-Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 25W, temperatura de cor 4000k/5700k, eficiência mínima 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00	R\$ 2.643,07	R\$ 26.430,70
39	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, monofásico de 25 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	3,00	R\$ 19.448,87	R\$ 58.346,61
40	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, monofásico de 37,5 kva. Incluindo materiais, equipamentos,	UN	5,00	R\$ 19.622,12	R\$ 98.110,60



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.				
41	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, trifasico de 112,5 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	5,00	R\$ 32.073,90	R\$ 160.369,50
42	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, trifasico de 45 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	12,00	R\$ 30.013,06	R\$ 360.156,72
47	Luminária pública de no mínimo 12000 lm e potência de 80W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	150,00	R\$ 626,59	R\$ 93.988,50
48	Luminária pública de no mínimo 14000 lm e potência de 100W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	150,00	R\$ 650,20	R\$ 97.530,00
51	Luminária pública de no mínimo 24000 lm e potência de 160W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de	UN	50,00	R\$ 708,40	R\$ 35.420,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).				
55	Rede rural primária trifásica com rede CAA – Por KM com poste duplo T, cabo 2 AWG, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	KM	13,00	R\$ 39.402,77	R\$ 512.236,01
56	Remoção de poste. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais e projeto conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	10,00	R\$ 840,00	R\$ 8.400,00
57	Substituição de poste. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projeto conforme normas vigentes e autorização da CEMIG.	UN	40,00	R\$ 900,00	R\$ 36.000,00
58	Travessia sob asfalto (rodovia, rua, avenida), por método não destrutivo 75mm, em conformidade com RT - 06.01 do DER - MG	M	200,00	R\$ 289,82	R\$ 57.964,00
VALOR TOTAL:					R\$ 3.290.250,49

PLANILHA 03 – VALOR MÉDIO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA URBANA E MODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA - MG

Item	Descrição por item			Vir médio	Vir estimado
01	Abertura de vala em superfície (Necessidade utilização martetele pneumático).	M	500,00	R\$ 21,3433	R\$ 10.671,65
02	Elaboração de projeto por US.	US	150,00	R\$ 381,8567	R\$ 57.278,51
04	Eletroduto PEAD para MND.	M	200,00	R\$ 26,4833	R\$ 5.296,66
05	Envelopamento de eletroduto (camada de 20 cm de concreto, areia e fita de identificação).	M	150,00	R\$ 54,5733	R\$ 8.186,00
07	Extensão de rede de distribuição bifásica com baixa tensão isolada até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	15,00	R\$ 10.243,0067	R\$ 153.645,10
09	Extensão de rede de distribuição protegida monofásica com cabo 50mm dupla camada, com baixa tensão isolada bifásica até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	40,00	R\$ 11.523,0567	R\$ 460.922,27
10	Extensão de rede de distribuição protegida trifásica com cabo 50mm dupla camada, com baixa tensão isolada até 120mm, incluindo poste de concreto de	UN	25,00	R\$ 13.749,20	R\$ 343.730,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	13 a 15 metros e de 300dan a 1000 dan, incluindo IP de 180w a 240W completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.				
12	Extensão de rede de distribuição trifásica com baixa tensão isolada até 70mm, incluindo poste de concreto de 11 a 13 metros e de 300 dan a 1000 dan, incluindo IP de 60w a 180w completa, material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	35,00	R\$ 10.723,2333	R\$ 375.313,17
13	Extensão de rede secundária bifásica com baixa tensão isolada até 70mm em poste existente por vão, IP de 60w a 180W completa. Incluindo material, equipamentos, mão de obra especializada, taxa de administração, projeto e aprovação CEMIG. Obra a ser executada conforme normas vigentes.	UN	5,00	R\$ 3.597,65	R\$ 17.988,25
18	Fornecer e instalar padrão de energia trifásico, completo com disjuntor de 100A - Aéreo.	UN	3,00	R\$ 6.610,12	R\$ 19.830,36
19	Fornecer e instalar padrão de energia trifásico, completo com disjuntor de 200A - Aéreo.	UN	1,00	R\$ 11.101,6267	R\$ 11.101,63
22	Fornecimento e Instalação de Cabo flexível de cobre isolado de 4 a 10mm para alimentação de refletores.	metro	1.000	R\$ 12,00	R\$ 12.000,00
26	Fornecimento e Instalação de Luminária circular de embutir no solo, em alumínio injetado, grau de proteção IP 67, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (a ser definido pela PMB), alimentação Driver On- Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 15W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com facho 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	20,00	R\$ 1.334,04	R\$ 26.680,80
28	Fornecimento e instalação de poste metálico cônico contínuo de 10 metros a 13 metros, flangeado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	25,00	R\$ 5.303,09	R\$ 132.577,25
29	Fornecimento e instalação de poste metálico octagonal de 10 metros a 13 metros, flangeado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	35,00	R\$ 6.753,4633	R\$ 236.371,22



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

32	Fornecimento e instalação de poste metálico telecônico de 10 metros a 13 metros, engastado, com rede subterrânea envelopada com eletroduto de 2", com recapeamento, caixa de passagem 40x40mm, tampa ZA, condutor de cobre até 35mm e luminária até 180W, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	52,00	R\$ 5.079,8667	R\$ 264.153,07
33	Fornecimento e Instalação de Projetor de sobrepor orientável subaquático, em latão usinado, grau de proteção IP 68, acabamento em latão polido, alimentação 24 Vcc com fonte de tensão remota, fonte de luz LED 20W, temperatura de cor 4000k/5700k e RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00	R\$ 2.561,0833	R\$ 25.610,83
36	Fornecimento e Instalação de Projetor "1 IP 66, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On-Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 50W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com fachos 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10	R\$ 4.952,2267	R\$ 49.522,27
37	Fornecimento e instalação de projetor "Ribalta 24 LEDs outdoor P5 case" de 250W / 220V, IP65, 24 Leds RGBW 4 em 1,10W, dimerizável, operação através de controlador DMX 4/8CH, Mestre/escravo ou Automático, garantia do fabricante de 36 meses para materiais. Inclusive derivação da rede da concessionária cabos de alimentação e controle, invólucro de proteção e todo material de fixação.	UN	25	R\$ 3.318,1833	R\$ 82.954,58
38	Fornecimento e instalação de relé fotoeletrônico para iluminação pública, potência da carga 1000W ou 1800VA. Corpo em policarbonato na cor azul, estabilizado ao UV; pinos em latão estanhado. (Fornecimento e instalação).	UN	985,00	R\$ 125,91	R\$ 124.021,35
43	Fornecimento e instalação de transformador 13,8 kv, trifásico de 75 kva. Incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, taxa de administração. Materiais, equipamentos e projetos conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	5	R\$ 30.371,69	R\$ 151.858,45
44	Instalação de braço tipo curto galvanizado para IP 1,5 metros x 25 mm curvo, em poste existente. Incluindo material, equipamentos, mão de obra, taxa de administração, materiais para fixação no poste e na luminária de led e cabos para sua ligação, conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	28,00	R\$ 260,37	R\$ 7.290,36
45	Instalação de braço tipo médio galvanizado para IP 2,5 metros x 48 mm curvo, em poste existente. Incluindo material, equipamentos, mão de obra, taxa de administração, materiais para fixação no	UN	92,00	R\$ 442,5667	R\$ 40.716,14



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	poste e na luminária de led e cabos para sua ligação, conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.				
46	Instalação de braço tipo PESADO galvanizado para IP 5 metros x 60mm curvo, em poste existente. Incluindo material, equipamentos, mão de obra, taxa de administração, materiais para fixação no poste e na luminária de led e cabos para sua ligação, conforme normas vigentes e aprovação CEMIG.	UN	60,00	R\$ 473,3833	R\$ 28.403,00
49	Luminária pública de no mínimo 16500 lm e potência de 120W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	60,00	R\$ 672,6833	R\$ 40.361,00
50	Luminária pública de no mínimo 20500 lm e potência de 140W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	60,00	R\$ 694,76	R\$ 41.685,60
52	Luminária pública de no mínimo 25000 lm e potência de 180W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver	UN	40,00	R\$ 713,5033	R\$ 28.540,13



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

	dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).				
53	Luminária pública de no mínimo 8000 lm e potência de 60W para ponta de braço de 25,4mm a 48,3mm com corpo em alumínio injetado, vidro plano transparente e proteção com pintura eletrostática, resistência à impacto IK08. Equipado com LEDs de alta potência com vida útil mínima estimada em 100.000h L70, dispostos em módulos. Temperatura de cor 4000-5000K. Preparadas para telegestão com tomadas de 7 pinos e driver dimerizável permitindo dimerização do fluxo luminoso de 10 a 100% por meio de uma saída analógica de 1-10V. Grau de Proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento para grupo óptico e equipamentos distintos, em um único corpo e ambos com grau de proteção IP66. Possui protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária. Tensão de alimentação de 100 a 277V / 60Hz, com fator de potência maior ou igual a 0,95. (Fornecimento e instalação).	UN	60,00	R\$ 464,76	R\$ 27.885,60
54	Projeto orientável de sobrepor em alumínio injetado, grau de proteção IP 66, acabamento nas cores cinza Anodizado natural ou preto fosco, (à ser definido pela PMB), alimentação Driver On-Off 100-250Vac, 50/60Hz integrado, fonte de luz LED 36W, temperatura de cor 4000k/5700k, RGBW, eficiência mínima de 102 lm/W (4000k) e 119 lm/W (5700k), vida útil 50.000 hs, L70, Ótica com facho 10°, 25°, 40° ou 60°.	UN	10,00	R\$ 4.680,2067	R\$ 46.802,07
TOTAL:					R\$ 2.831.397,32

O valor estimado da contratação é de R\$ R\$ 6.121.647,81 (seis milhões, cento e vinte e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos)

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O instrumento contratual terá vigência por 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, admitindo a prorrogação na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 – Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

6. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Sustentabilidade

- i. Os requisitos da contratação relacionados a natureza do objeto e a sustentabilidade encontra-se pormenorizado em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.
- ii. Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica, será tratado no tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

8.2. Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.2.1. Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

8.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

8.3.1. Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

8.4. Da exigência de carta de solidariedade

8.4.1. Não será exigido Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

8.5. Subcontratação

8.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.6. Garantia da contratação

8.6.1. Não haverá exigência de garantia de contratação, conforme faculta o



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

art.96 da Lei 14.133/2021.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1.1. O prazo de execução do(s) serviço(s) começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da(o) Prefeitura Municipal de Bocaiuva/mg, assim tendo o prazo de 20 dias úteis para o início da execução.

9.1.2. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- i. A Contratada deverá conceder garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses para os relés, braços luminárias, postes e outros, que apresentarem avarias ou defeitos, afim de permitir o perfeito funcionamento da rede de iluminação pública.
- ii. A CONTRATADA, acompanhada de seus respectivos técnicos, dará garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos por todos os serviços por ela executado conforme o Código Civil.
- iii. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas vigentes da concessionária CEMIG. Em caso de constatação de falhas e intens danificados ao longo do prazo de garantia, a Contratada deverá garantir a troca do item similar no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da notificação da Secretaria de Obras.

9.1.3. Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

- i. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- ii. Responsabilizar-se pelos vícios e danos causados decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);
- iii. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- iv. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- v. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a data de comprovação;
- vi. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- vii. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- viii. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para uma pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

atender as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art.93 da Lei nº 8.213/1991;

- ix. Arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais a que o Município de Bocaiuva/MG for compelido a responder por força da presente contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios;
- x. Promover a entrega dos serviços somente com a prévia autorização do Município de Bocaiuva/MG
- xi. Após autorização do Município de Bocaiuva/MG, a Contratada fica obrigada a iniciar os serviços dentro do prazo estipulado anteriormente, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF);
- xii. Substituir sempre que exigido pelo Município de Bocaiuva/MG, qualquer dos empregados em serviço, cuja apresentação, conduta moral ou profissional sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias;
- xiii. Responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e da previdência social, ficando clara a inexistência entre seus empregados e o Município de Bocaiuva/MG de vínculo empregatício de qualquer natureza;
- xiv. Todas as despesas relativas ao fornecimento dos serviços/materiais, tais como fretes e/ou transportes, ocorrerão à custa exclusivamente da Contratada;
- xv. Acatar e fazer com que seus empregados acatem todas as instruções emanadas do servidor designado do Município de Bocaiuva/MG, para fiscalizar a execução do objeto licitado; e,
- xvi. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega dos serviços/materiais.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o(a) Município de Bocaiuva/MG, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar

18



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 10.8 deste termo, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas em regulamento próprio do(a) Município de Bocaiuva/MG.

10.7. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

10.8. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

- i. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - i. Não produzir os resultados acordados;
 - ii. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - iii. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12. DO RECEBIMENTO

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

- i. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- ii. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- i. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

- ii. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - iii. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.3.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- i. Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - ii. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas, quando for o caso;
 - iii. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - iv. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.7. Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente forem exercidas por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

12.8. O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou outra forma simples, quando justificadamente, forem suficientes para atestar o atendimento das exigências contratuais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

13. LIQUIDAÇÃO

13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Bocaiuva/MG, CNPJ nº 18803072000132, situada a Mariana de Queiroga, 141, Bocaiuva - MG.

13.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

13.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

14. PRAZO DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

i. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

ii. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contratado.

16. REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2. Após o interregno de um ano, após solicitação expressa do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA/IBGE acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

16.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL.

17.2. MODO DE DISPUTA

17.2.1. Modo de disputa - Aberto

17.3. Exigências de habilitação

17.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- i. Habilitação jurídica (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)
- ii. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- iii. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- iv. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- v. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- vi. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

- vii. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- viii. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

17.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- ii. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- iii. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- iv. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- v. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- vi. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- vii. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- viii. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

17.5. Qualificação Econômico-Financeira

17.5.1. Será exigido Qualificação Econômico-Financeira, conforme exigência abaixo:

- i. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- ii. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

17.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

17.6.1. Deverão ser apresentados pelas licitantes os seguintes documentos abaixo relacionados:

a) Registro ou Inscrição da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

b) Documento que comprove o Credenciamento junto à CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, no grupo Grupo de Mercadoria 0832 – DTB – Obra – PART para a realização de obras em redes de energia elétrica em Minas Gerais. (O documento deverá ser apresentado antes da assinatura do contrato, sob pena de desclassificação).

c) A Contratada deverá ser credenciada na CEMIG para aprovação de projetos e execução de obras via modalidade PART. Comprovação da aptidão da licitante para desempenho de atividade compatível em características semelhantes e quantidades com o objeto da licitação, através de Atestado(s) e/ou Certidão(ões) fornecido(s) por empresa(s) de direito público ou privado, emitido(s) em favor da licitante, comprobatório(s) da **Capacitação Técnico-Operacional**, conforme o Art. 67, inciso II, da Lei 14.133/21, demonstrando a aptidão da licitante para desempenho das seguintes atividades consideradas de elevada relevância técnica ou valor significativo o quantitativo discriminado abaixo, SERÁ admitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos exigidos dos itens descritos.

ITEM	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
01	Instalação de postes de concreto para extensão de rede	UNID	95
02	Instalação de postes metálicos para iluminação pública.	UNID	105





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

03	Instalação de luminária para iluminação pública	UNID	495
04	Instalação de transformadores de rede de distribuição	UNID	15
05	Execução de iluminação cênica	UNID	60
06	Execução de travessia por MND	M	100
07	Instalação de projetores/luminárias RGBW_DMX	UNID	50
08	Instalação de controlador de programação de iluminação wi-fi	UNID	02

d) Comprovação da licitante de possuir no seu quadro (empregados, sócios, diretores), na data da entrega dos documentos de habilitação, profissional(ais) de nível superior registrado(s) no CREA e/ou CAU ou outra entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) relativo(s) aos serviços de engenharia emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, deverão estar acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(S)/CAU(S) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s).

- i. No(s) atestado(s) deverá(ão) estar contemplados os seguintes serviços, indicados pela área técnica, de características semelhantes aos do objeto licitado e considerados de maior relevância técnica ou valor significativo, como descritos abaixo:

ITEM	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
01	Instalação de postes de concreto para extensão de rede	UNID	95
02	Instalação de postes metálicos para iluminação pública.	UNID	105
03	Instalação de luminária para iluminação pública	UNID	495
04	Instalação de transformadores de rede de distribuição	UNID	15
05	Execução de iluminação cênica	UNID	60
06	Execução de travessia por MND	M	100
07	Instalação de projetores/luminárias RGBW_DMX	UNID	50
08	Instalação de controlador de programação de iluminação wi-fi	UNID	02

NOTA: A tecnologia RGBW-DMX, presente no processo integrado pelos dispositivos projetor/luminária e controlador de programação de iluminação Wi-Fi, é empregada no controle e programação de sistemas de iluminação com cores dinâmicas, comumente utilizada em iluminação pública decorativa e em monumentos, destacando-se pela eficiência proporcionada pela comunicação via Wi-Fi. A execução desta atividade exige conhecimento técnico especializado



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

em sistemas de controle de iluminação digital, de forma a garantir que a empresa seja capaz de programar e operar tais sistemas de maneira eficiente. A exigência de comprovação de competência nesta área assegura que a licitante possua a qualificação necessária para a implementação e manutenção de sistemas de iluminação avançados com tecnologia embarcada de Wi-Fi, proporcionando maior eficiência, comunicação otimizada entre os dispositivos e qualidade no serviço prestado.

e) O representante legal da licitante deverá emitir declaração informando quem são os responsáveis técnicos da empresa que atuarão na execução da obra. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnico profissional.

ii. A vinculação será caracterizada através da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, no caso de empregado, ou do contrato social, no caso de sócio, ou ainda, contrato de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação Civil comum e, caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de compromisso formal de futura contratação do profissional indicado.

iii. A relação contendo a indicação do(s) responsável(is) técnico(s) disponível deve ser acompanhada de declaração de aceitação da inclusão de seu nome na equipe para a realização do objeto desta licitação.

f) É vedada a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma empresa licitante, fato que desabilitará todas as licitantes envolvidas.

g) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação do subitem informando sobre o vínculo deverá participar da obra objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que prévia e expressamente aprovada pelo Contratante.

h) Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela contratante.

i) Os itens que envolvem a extensão de rede de distribuição elétrica com diferentes configurações e tipos de tensão (monofásica, bifásica e trifásica), foram agrupados nas parcelas relevantes devido à integração técnica e à complexidade das atividades envolvidas, que exigem mão de obra





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

especializada e equipamentos adequados para garantir a qualidade da execução e a conformidade com as normas da CEMIG.

j) Os itens listados anteriormente que envolvem o fornecimento e instalação de postes metálicos em diversas configurações (octagonal, cônico, telecônico), são agrupados nas parcelas relevantes por motivos técnicos e operacionais, que são fundamentais para o bom andamento da execução da obra de expansão da rede de distribuição elétrica e modificação do sistema de iluminação pública no município de Bocaiuva – MG.

Dessa forma, as exigências de qualificação técnica aqui descritas são justificadas pela necessidade de assegurar que a empresa contratada detenha a competência e a experiência necessárias para executar os serviços de iluminação pública com a qualidade, segurança e eficiência exigidas, em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado da contratação encontra-se detalhado no item OBJETO deste Termo de Referência, tendo sido juntado no processo os preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

18.2. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.125.605,96

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do(a) Município de Bocaiuva/MG

19.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha	Dotação(ões) Orçamentária	
1847	25.752.0044.3268	Obras de Revitalização, Ampliação - Rede de Iluminação Publica
1844	25.752.0044.2100	Manutenção da Rede de Iluminação Publica

20. DA INEXEQUIBILIDADE E DA GARANTIA ADICIONAL

20.1. Em conformidade com o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a presente contratação se refere a serviços de engenharia, serão observadas as seguintes disposições:

20.2. Inexequibilidade de Propostas: Serão consideradas inexequíveis e, portanto, desclassificadas, as propostas que apresentarem valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração Pública para a execução do objeto.



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

20.3. Garantia Adicional: Nos casos em que a proposta vencedora apresentar valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida da contratada a apresentação de garantia adicional, correspondente à diferença entre esse percentual (85%) e o valor da proposta apresentada, conforme previsto no § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Essa garantia será complementar e não exclui outras modalidades de garantia eventualmente exigidas no edital.

20.4. Tal medida visa assegurar o cumprimento integral do objeto contratado e mitigar os riscos de inadimplemento contratual decorrentes de propostas com preços excessivamente reduzidos.

21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

21.1. As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

21.2. Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

21.3. No preço contratado estão computados todas as complementações e acessórios eventualmente omitidos no termo de referência, mas implícitos e necessários à perfeita execução do objeto.

21.4. A Prefeitura Municipal de Bocaiuva/Mg reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço/material/bem em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

21.5. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratado serão de exclusiva propriedade da Prefeitura Municipal de Bocaiuva/MG, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

21.6. A contratação será formalizada mediante emissão de CONTRATO, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei nº 14133/2021.

21.7. Todos os itens (4.1 a 4.5) envolvem a execução de instalações de postes metálicos com características similares, como a instalação de luminárias, a conexão de condutores e a adequação dos materiais conforme as normas vigentes (incluindo a aprovação da CEMIG).

21.8. A execução integrada dessas instalações permite padronização técnica, garantindo que todas as etapas de instalação sejam realizadas de maneira eficiente e com o mesmo padrão de qualidade. A instalação dos postes, seja em



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

rede subterrânea ou aérea, exige o mesmo tipo de mão de obra especializada, equipamentos e materiais compatíveis.

21.9. O agrupamento desses itens em uma única parcela relevante permitirá uma melhor coordenação dos recursos (materiais, mão de obra, equipamentos), proporcionando economia de escala na execução dos serviços e maior controle sobre os prazos.

21.10. Como os serviços de fornecimento e instalação de postes exigem etapas sequenciais que envolvem tanto materiais quanto trabalho especializado (como a instalação dos postes e a conexão elétrica), agrupar esses itens nas parcelas relevantes permite um planejamento unificado, melhorando a gestão da obra.

21.11. Esses itens são componentes essenciais na infraestrutura de distribuição elétrica e iluminação pública. O agrupamento das atividades relacionadas a esses postes assegura que as obras sejam executadas de maneira integrada, respeitando as normas de segurança e garantindo a compatibilidade técnica com os sistemas existentes.

21.12. O tipo de poste, o método de instalação (flangeado ou engastado), e as exigências específicas de rede subterrânea ou aérea são variáveis que devem ser consideradas no mesmo contexto de engenharia elétrica e de infraestrutura urbana, o que justifica o agrupamento.

21.13. Os itens que envolvem luminárias públicas, instalação de postes e componentes auxiliares apresentam uma série de características técnicas comuns que permitem o agrupamento. Os agrupamentos são feitos levando em consideração a natureza dos serviços, o tipo de luminária, o equipamento associado e a integração dos processos de fornecimento e instalação.

21.14. Os itens relacionados ao fornecimento e instalação de transformadores de diferentes potências podem ser agrupados de forma eficiente, dada a semelhança nos processos de execução e nos materiais e equipamentos utilizados. O agrupamento proporciona maior eficiência no gerenciamento do projeto e controle dos custos operacionais, mantendo a conformidade com as normas técnicas e a aprovação da CEMIG.

21.15. Os itens relacionados a Execução de iluminação cênica possuem especificações similares em termos de potência de LED e funções de iluminação, o que justifica o agrupamento para instalação em locais diversos com características semelhantes, como ambientes externos.

21.16. A execução de Travessia por Método Não Destrutivo - Considerando a presença de pontos críticos de travessia que seriam comprometidos por métodos convencionais, o método não destrutivo surge como a melhor opção para a instalação da rede elétrica. Esta abordagem apresenta vantagens significativas como mitigação de riscos de acidentes e danos à infraestrutura existente, manutenção da estabilidade e integridade da rodovia, redução de custos de manutenção futuras, minimização de impactos no tráfego e na mobilidade urbana, diminuição da geração de resíduos e danos ambientais além da conformidade com normas técnicas e regulamentações vigentes.



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Avenida Floriano Peixoto 133 – Centro – CEP.: 39.390-000 - Bocaiuva – MG

CNPJ.: 18.803.072/0001-32. Telefone: 38 3251 4429

Email: frotas@bocaiuva.mg.gov.br

21.17. O método não destrutivo, especificamente, exige uma complexidade técnica especializada, que deve ser comprovada pelo executor para garantir uma execução segura e eficiente. Isso inclui conformidade com normas NBR 9062/2017 e NBR 9649/2019, experiência na utilização de equipamentos e tecnologias adequadas, planejamento detalhado e execução controlada e expertise em monitoramento contínuo da infraestrutura, características essas comprovadas por meio do acervo técnico exigido.

21.18. Destacamos que a adoção desta abordagem garantirá benefícios resultantes das vantagens relacionadas a esta forma construtiva e trará sustentabilidade do projeto. Diante desses benefícios, recomendamos veementemente a adoção do método não destrutivo para a execução das travessias existentes, atendendo aos interesses e necessidades da administração pública, bem como às exigências técnicas e regulamentares aplicáveis.

21.19. Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do ajuste, fica fixado o Foro de Bocaiuva/MG. Dos atos praticados pelo CONTRATANTE cabe recursos na forma prevista no art. 165, da Lei n. 14.133/2021

22. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

22.1. O instrumento contratual terá vigência por 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, admitindo a prorrogação na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

Bocaiuva/MG, 12 de setembro de 2025

HERIBERTO ANTÔNIO FERREIRA

Secretário Municipal de Transportes, Trânsito e Iluminação Pública
Bocaiuva/MG